

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: A MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Aparecida Maciel da Silva Shikida^{89 90}

Introdução

A história da Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (AEFJP) começou há mais de 40 anos (1973). Na verdade, três anos após a efetiva constituição da Fundação João Pinheiro (FJP). O contexto social, econômico e político em que a AEFJP se instituiu é amplamente estudado pela historiografia mundial e, por isso, de grande relevância para compreender melhor a sua criação.

Sob a ótica da literatura nacional e internacional, o período compreendido entre 1968 e 1973 é conhecido como o milagre econômico brasileiro e, também, como anos de chumbo e repressão.

89 Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro e professora na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

90 A autora agradece as colaborações de Daniela Goes Paraiso Lacerda, pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro, de Giovanni José Caixeta, pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro e professor na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, e de Eduardo Teixeira Leite, pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro.

Sob a égide de um regime militar e tendo o presidente Emílio Garrastazu Médici como dirigente de Estado, a partir de 1968 há uma grande aceleração no desenvolvimento econômico: o Brasil cresceu, em média, mais de 10% ao ano. Além do aumento do Produto Interno Bruto (PIB), o período foi caracterizado pelo processo de industrialização, pelo declínio da inflação, por *superavits* comerciais e pelo otimismo que pairava no país (VELOSO, VILLELA; GIAMBIAGI, 2008). É, também, um período marcado pela consolidação do *Plano de Integração Nacional (PIN)* e, com ele, a efetivação de grandes obras como: a Ponte Rio-Niterói; a Transamazônica; a Santarém-Cuiabá; a Perimetral Norte e outras rodovias. Há ainda: a implementação de uma política desenvolvimentista de incentivos fiscais à indústria e à agricultura; a implantação do *Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep)*; a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1970; a construção da Usina Binacional Hidrelétrica de Itaipu (abril de 1973), resultado do tratado assinado com o Paraguai; a entrega de casas populares pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); o aumento dos serviços de saúde e a força tarefa de alfabetização de adultos por meio da campanha do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Não obstante, também foi um período marcado pela repressão do governo sobre as atividades de cunho político, contrárias ao regime militar. Cresce consideravelmente todo tipo de coibição às organizações civis e institucionais com uso sistemático da violência. Por isso, ficou também conhecido como anos de chumbo. Médici fez uso da propaganda oficial para recrudescer o regime e imprimir a marca do ufanismo exacerbado, criando o *slogan* “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Nos anos do regime militar, o país vivenciou o desmonte das organizações sociais (movimentos urbanos e rurais) que pudessem ser vistas como de “esquerda”. A extrema repressão tornava “estéril o terreno onde qualquer política de esquerda, de centro ou de direita, poderia prosperar” (WEFFORT *apud* NUNES, 1987, p.92). Ainda no início dos anos 1970,

[...] começam a surgir em diferentes bairros das cidades brasileiras formas muito variadas de práticas associativas. São sociedades de “amigos de bairro” (SAB), grupos

de leitura dos Evangelhos organizados por padres progressistas, grupos de compras comunitárias, clubes de mães, comunidades que tentam criar e gerir suas próprias creches, grupos de operários que não podem fazer suas reuniões nas fábricas e sindicatos etc. Aí constituíam-se pontos de encontro de vários setores que haviam experimentado a derrota e para os quais os espaços públicos estavam fechados (NUNES, 1987, p. 94).

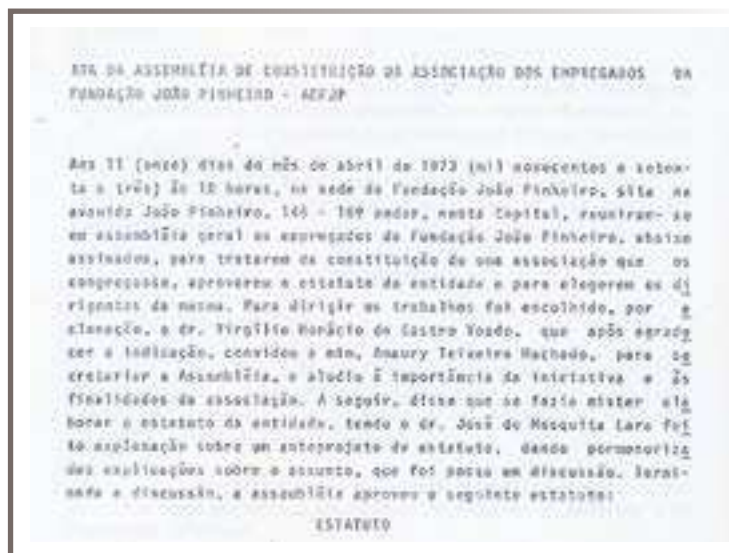
É nesse contexto brasileiro, pouco favorável à criação de congregações, que, em 11 de abril de 1973, em assembleia geral, foi criada a Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro como entidade sem fins lucrativos.

Historicamente, as primeiras agregações ou representações sociais em ambiente de trabalho, com finalidades voltadas para interesses específicos de determinada classe, datam do início do século XX, na Europa, num momento de maior organização das indústrias e de seus trabalhadores. O que era proposto, inicialmente, por essas agregações, estava voltado às relações e condições de trabalho, mediação e conciliação de conflitos. Posteriormente, as associações de trabalhadores passaram a ampliar suas atuações e se dedicaram também ao auxílio em assuntos de assistência social, abrangendo a educação, a saúde, a cultura e o lazer. Conservavam, no entanto, o caráter de representações políticas junto aos órgãos nos quais estavam inseridas. Nos moldes contemporâneos, uma associação é a reunião de um grupo de pessoas em defesa de interesses, com finalidades e objetivos comuns e sem fins lucrativos. “Portanto, são pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, que se formam pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultados financeiros entre elas.” (TUPINAMBÁ; FERRADEIRA, 2015, p. 45).

Em 2019, ano do cinquentenário da FJP, a AEFJP completa 46 anos de existência. São 46 anos de histórias e memórias que têm na sua origem e em seus primeiros passos a marca do idealismo e do arrojo de seus fundadores. Os caminhos tomados pela AEFJP sempre foram marcados por lutas, parcerias e embates, defesa de interesses coletivos, participação política, incompreensões e desgastes próprios das organizações que têm como fundamento a reivindicação, a defesa e a preservação

dos interesses de seus associados. Tendo como princípio primeiro prestar serviços e dar ampla assistência aos que a ela se filiam, suas ações sempre foram pautadas, desde o início, por um estatuto que ia sendo adaptado aos novos contextos, norteados trabalhos em prol do conagraçamento e da defesa dos interesses de todos os servidores da FJP.

No primeiro momento, a AEFJP apresenta como estrutura administrativa a Diretoria, o



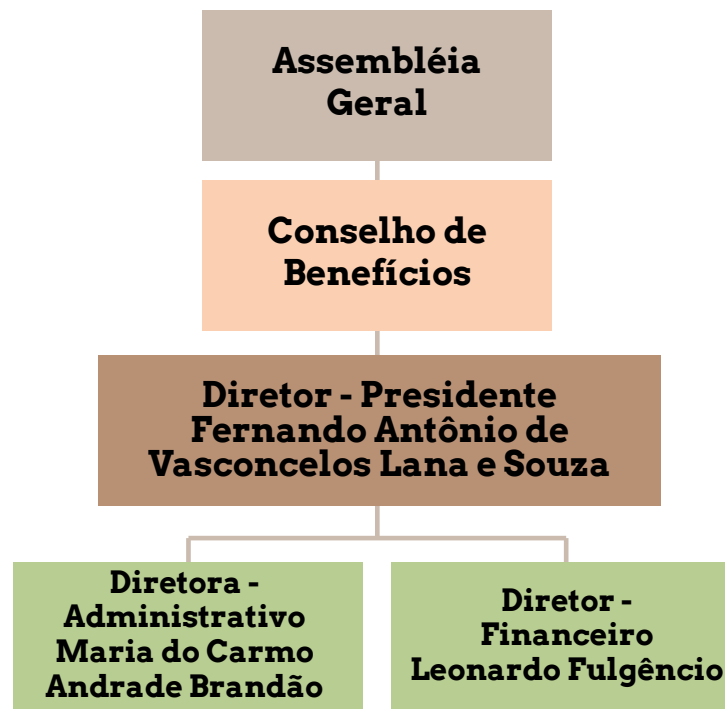
*Ata da Assembleia de Constituição
AEFJP- 11 de abril de 1973*

*Fonte: Associação dos Empregados da
Fundação João Pinheiro, 1973*

Conselho de Benefícios e o Conselho Fiscal.

À Assembleia Geral competia “eleger e destituir os membros do Conselho de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovar as contas da Diretoria, alterar o estatuto, decidir sobre conflitos de competência diversos dos órgãos e deliberar sobre a dissolução e destino dos seus bens”.

Ao Conselho de Benefícios cabia fixar as contribuições dos associados e estabelecer os requisitos, as condições e os quantitativos dos benefícios. Era formado pelo presidente da FJP, que seria também seu presidente, pelos diretores da AEFJP e por mais três membros eleitos pelos associados, juntamente com três suplentes, por um ano.



*Organograma 1973 - Associação dos Empregados da
Fundação João Pinheiro.
Ata da assembleia geral realizada em 11 de abril de 1973
Elaboração: equipe do projeto FJP 50 anos*

Fonte: AEFJP

À Diretoria, constituída por um diretor-presidente, por um diretor-administrativo e por um diretor-financeiro, cabia a representação da AEFJP. E por fim, ao Conselho Fiscal, seção IV, art. 25, vinculado diretamente ao Conselho de Benefícios, competia “fiscalizar permanentemente a contabilidade da associação e a utilização do seu patrimônio e opinar sobre a prestação anual de contas e sobre os balancetes mensais da Diretoria”, com a inteira liberdade de aferir “livros documentos da associação, devendo os membros da Diretoria prestar-lhe todas as informações solicitadas”. O Conselho Fiscal era formado por três membros, sendo dois indicados pela FJP e um eleito pelos associados, juntamente com seu suplente, por um período de um ano (AEFJP, 1973).

Em seu primeiro estatuto, a AEFJP, com o presidente Fernando Antônio de Vasconcelos Lana e Souza, apresenta normas gerais, como o número ilimitado de filiados, a sede fixa em Belo Horizonte, a concessão de auxílios, as garantias, os empréstimos, a prestação de assistência em diversas modalidades. Também, a promoção de benefícios, do aprimoramento físico e social dos associados, do conagraamento e da representação de seus associados em suas reivindicações coletivas (AEFJP, 1973). A legislação aplicável e os benefícios oferecidos pela AEFJP só poderiam ser usufruídos a partir de 90 dias após a filiação. A contribuição mensal seria de 0,5% de sua remuneração, observados os limites mínimo e máximo de contribuição.

Na assembleia de constituição da AEFJP, estava presente o presidente da FJP, Luís de Oliveira Castro, que em outras palavras disse esperar que ela atingisse sua finalidade de assistência e caminhasse rumo aos objetivos que inspiraram a sua criação. Também se comprometeu, em nome da FJP, a auxiliar a nova entidade em tudo que lhe fosse possível, conforme a situação da FJP e as necessidades da associação, tal como contribuir mensalmente com a AEFJP com valor igual a uma ou duas vezes ao arrecadado como contribuição dos seus associados.

1 A consolidação de um projeto

O período compreendido entre 1973 e 1983 pode ser considerado de consolidação. Com a criação (1969) e estruturação interna da FJP (a partir de 1970) e diante de um cenário controverso de ditadura militar, a FJP se fortalece. Articula seus primeiros centros, investindo na qualificação profissional de seus técnicos e realizando os primeiros trabalhos voltados para o planejamento e para o desenvolvimento em Minas Gerais. Nesse contexto, a AEFJP inicia seus trabalhos, buscando consolidar as premissas definidas em suas assembleias.

Em dezembro de 1975, buscando a expansão de seu quadro social, é decidida em assembleia a admissão de associados que não fossem empregados da FJP:

Além dos fundadores, poderão ser admitidos como associados os empregados da Fundação João Pinheiro, da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, do Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana e das entidades vinculadas a essas (AEFJP, 1975, cap. II, art. 4º).

Assim, a partir de 1975, a AEFJP reúne os servidores da Fundação João Pinheiro (FJP), Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), do Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais (Ceag), da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan MG) e Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT). Nesse mesmo período, o então presidente da FJP, José Israel Vargas (1975-1977), autoriza um aumento de 50% da contribuição feita para a AEFJP. Ela passou de 1% para 1,5% sobre a folha de pagamento, enquanto os empregados contribuiriam com 1%.

É nesse contexto que se começa a pensar em uma área de lazer para os associados. Em 1977, é autorizada a implantação e o uso da área recreativa em terreno da FJP no bairro do Horto (AEFJP, [1977], p. 5). Assim, em comodato com a FJP, iniciou-se a construção de um centro recreativo e, com os recursos disponíveis na época, construiu-se: campo de futebol, campo de futebol de salão, *playground* e piscina. Também foi feito o saneamento do lago, a arborização e construída uma área de estacionamento interno. Em 1982, na ata da Assembleia Geral Extraordinária da AEFJP, registra-se a consolidação da área recreativa (AEFJP, 1982).

As atividades internas da AEFJP funcionavam em um espaço e nas instalações cedidos pela FJP. Com a ampliação do número de associados e, conseqüentemente, de suas atividades, a associação viu-se compelida a se mudar. Em 1977, transfere suas atividades para sede própria na rua dos Goitacazes 71, edifício Palácio das Indústrias, com a autorização do então presidente do Conselho de Benefícios, Antônio Octávio Cintra (presidente da FJP 1977-1980). Nas salas 910 e 911, foram implantados o escritório da associação e um consultório odontológico que prestou serviços aos associados. Essa assistência oral foi substituída por um plano de saúde oral, em reestruturação feita na associação em 1984.



*Área recreativa da AEFJP
Bairro Horto – 1982*

Fonte: RI-FJP/MG

No mesmo ano, a AEFJP deu entrada no Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS), em Brasília, em requerimento solicitando que fosse definitivamente declarada sociedade de fins filantrópicos.

Na área de auxílio e amparo ao servidor, a AEFJP, por intermédio do programa de assistência financeira, oferecia adiantamento de 25% do salário bruto (descontado no mês subsequente); adiantamento de emergência para tratamento de saúde, para casos de roubo, falecimento, incêndio, com amortização em até cinco parcelas consecutivas, descontadas na folha de pagamento. Do mesmo modo, oferecia o programa habitacional de emergência (para reparos emergenciais) no valor de até três salários líquidos e amortização em até dez parcelas mensais consecutivas, sem taxa de juros, com a primeira prestação vencendo 60 dias após a concessão. Vários convênios foram assinados; entre eles Minas Clínica, Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e Seguros Previdência do Sul. Em 1980, é firmado o convênio com a Cooperativa de Trabalho Médico (Unimed) para atendimento médico, hospitalar e laboratorial. Em 1981, foi instituído o programa de assistência à infância, com auxílio-amamentação e auxílio-infância. Em 1982, a AEFJ passa a editar o boletim de circulação interna *O Associado* (AEFJP, 1982, p. 2), sob a coordenação do diretor de divulgação, Alcindo Ribeiro de Sousa⁹¹.

⁹¹ Alcindo Ribeiro de Sousa, segundo diretor-presidente da AEFJP (1973-1975).

É uma fase marcada pela crescente ampliação do número de associados, com ingresso de agregados oriundos de entidades contratantes de mão de obra e com vínculos com a FJP. Também é assinada a ampliação do contrato de comodato entre FJP e AEFJP, cedendo área para construção de quadras de esportes, piscinas, prédio com restaurante, salas de jogos e cômodos para atividades culturais, o que seria uma sede campestre. Além disso, foram celebrados diversos outros convênios e realizados muitos eventos comemorativos.



*Festa de Natal dos funcionários no
restaurante da Fundação João Pinheiro –
23 dez. 1981*

Fonte: RI-FJP/MG

2 A mudança no cenário político e econômico e seus reflexos na AEFJP 1984-1986

Em meados da década de 1980, o país vivia um período importante e bastante distinto. Por um lado, sob o ponto de vista político, houve a redemocratização, as grandes mobilizações populares e a promulgação da Constituição de 1988. Por outro lado, sob o ponto de vista econômico, o descontrole inflacionário, o desarranjo nas contas públicas e a adoção do primeiro plano econômico de combate à inflação – o Plano Cruzado – congelando preços e salários. Juntamente com os demais planos instituídos no período, ele fracassou e culminou num quadro de hiperinflação.

Essa crise econômica e de mercado reflete-se na FJP e na AEFJP. Os salários começam a declinar, há evasão de mão de obra, com conseqüente diminuição dos recursos para a AEFJP. Não obstante, há maior consciência do papel da AEFJP na luta pelas carreiras e pelas condições gerais do servidor na FJP. Isso pode ser evidenciado com a alteração no estatuto da AEFJP, proposta em sua assembleia geral extraordinária realizada em 11 de julho de 1984, na qual se demonstrava a preocupação com a conjuntura daquele momento e a necessidade de mudança no estatuto conforme a abertura de sessão de Antônio Machado de Carvalho⁹²:

Desde 1973, o estatuto sofreu cinco alterações que ainda não levaram a um formato ideal. Daí a necessidade de um estatuto mais condizente com a situação atual, que atenda aos anseios fundamentais dos associados (AEFJP, 1984a).

Nessa mesma linha, José Ernesto Ballstaed⁹³ toma a palavra para

Mostrar a necessidade de modificações neste estatuto, como bem frisou o Sr. Antônio Machado. Estamos vivendo uma época de mudança no país, que justifica o desejo de mudanças em todas as áreas. Espero que esta Comissão tenha receptividade para aceitar as sugestões de todos os associados desta Casa (AEFJP, 1984a).

Diante do cenário incerto que pairava sobre o país, a FJP e a AEFJP também sentiram os reflexos da crise. Na ata da assembleia extraordinária da AEFJP, de 25 de outubro de 1984, está na pauta a discussão referente à deliberação de alteração no estatuto, as reivindicações salariais dos empregados da FJP e outros. A compreensão das dificuldades torna-se latente nos discursos dos associados em assembleias, notadamente em relação aos salários e às carreiras:

Deusdedit declarou que não poderia se afirmar que havia uma campanha na FJP, mas sim uma preocupação de alguns colegas de como encaminhar as questões salariais e de trabalho. Junia Horta propôs que a assembleia tentasse conhecer o novo plano de cargos e salários em elaboração na Fundação João Pinheiro, já que tínhamos interesse de ver

92 Primeiro diretor de Assuntos do Trabalho da AEFJP.

93 Diretor da ATP (Assessoria Técnica da Presidência) da FJP.

implantado um novo plano antes de janeiro de 1985, quando poderá haver mudanças no governo. João Almada disse que já estava havendo conversas com o empregador e que já havia interesse em conceder 100% do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). Quanto ao plano de cargos e salários, já está sendo elaborado por uma comissão e informou que ele já tomou conhecimento quando substituiu um diretor da Fundação [...] (AEFJP,1984b).

Nessa assembleia geral, o papel ativo da AEFJP na busca pela melhoria nas carreiras dos servidores da FJP fica evidenciado e a necessidade de que isso acontecesse antes das eleições previstas para o ano seguinte. Francisco Maciel⁹⁴ corrobora essa intenção:

Francisco Maciel propôs que a assembleia elegeisse uma comissão que já tivesse como membro nato alguém da diretoria da associação, que a assembleia definisse o cronograma de trabalho da comissão e propôs as seguintes reivindicações: 100% do INPC, reposição das perdas salariais, volta do pagamento no dia 30 e conhecimento e acompanhamento do plano de cargos e salários da FJP [...] (AEFJP,1984b).

A assembleia realizada em 7 de novembro de 1984 mantém as reivindicações dos servidores pelo reajuste salarial e pela participação dos funcionários na discussão da elaboração do novo plano de cargos e salários da FJP, como explica João Luiz da Silva Dias⁹⁵.

A associação era quem fazia a defesa dos interesses dos funcionários na relação de plano de cargos e salários, plano de saúde, assistência médica, seguro de vida. Então esse era o papel da associação (DIAS, 2018).

Os representantes dos associados participam ativamente das lutas sociais e, em busca da garantia dos direitos dos servidores, promovem duas greves em 1987, quando há perseguições, demissões e a tentativa de esfacelamento da associação. Um período difícil coloca-se à vista da AEFJP.

94 Advogado da Consultoria Jurídica.

95 Presidente da AEFJP 1982-1985.



*Informativo de greve
AEFJP – 1988*

*Fonte: Associação dos Empregados da Fundação João
Pinheiro, 1988*

3 As lutas conduzidas pela Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (1987-1999)

Diante da grave conjuntura institucional do país, momento em que a FJP enfrenta acirrada crise salarial, com a demissão de funcionários, toda a negociação sobre a elaboração de um plano de saúde próprio é interrompida.

Eu era diretor de benefício e ação social, e nós estávamos gestando um plano de saúde que era um primor. Esse plano de saúde era elaborado pelo nosso assessor, o professor Virgílio Baião, da Faculdade de Medicina da UFMG, ele era médico do trabalho da Usiminas e estava concebendo o projeto todo com base no projeto da Usiminas. Então era uma participação intensa dos funcionários, pois era bastante favorável aos servidores (BORGES, 2018).

A crise parecia se agravar, não só pelas interrupções nas negociações do plano de saúde próprio como também pelo clima de insatisfação com a falta de condições de trabalho, incluindo salários abaixo dos padrões de mercado. Depoimentos de servidores da FJP relatam que alguns dirigentes da Fundação chegaram a chamar a polícia militar para dentro da instituição no intuito de coibir as manifestações.

A polícia foi lá. Eu sei que os empregados da FJP estavam sentados na escadaria, e alguém mandou a polícia para cima dos funcionários, para prendê-los. Só que a atitude da polícia foi outra: “Não podemos fazer isso, eles estão sentados, eles não estão fazendo nada! Eles estão sentados ali”. E nós fomos ao Conselho Regional de Administração, tudo foi denunciado. Reunimo-nos no conselho regional com o presidente e um conselheiro de lá, foi tudo assim (BORGES, 2018).

O Curso Superior de Administração Pública (Csap) chegou a ser entregue a uma instituição privada de ensino superior. No segundo momento, o prédio principal – parte da área de cursos, de responsabilidade do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) da FJP, estava em contrato para ser usado por uma instituição de consultoria (FJP, 1989b).

O prédio da Fundação João Pinheiro foi doado para uma instituição privada de Belo Horizonte. Juntamente, entregaram-se os alunos que ela não conseguiu rever, destruíram a turma praticamente toda, mas o prédio não, a associação barrou. A associação nesse ponto era combativa, o presidente foi para o (jornal) Estado de Minas e apresentou o contrato que cedia um bem público para empresa privada [...] Já o curso foi mais difícil. A AEFJP não conseguiu rever [...] O curso foi todo transferido para a UNA. [...] Os alunos entraram em pânico. O curso e os alunos eram de alto nível. A FJP entrou com recurso para tentar voltar a ter o curso. Nesse meio tempo é que apareceu o projeto de entrega do prédio [...] O presidente da associação disse: “Nós vamos divulgar isso na imprensa”. Aí divulgaram na imprensa o contrato que estabelecia a doação de um bem público... Que esse bem seria transferido para a área privada. [...] Foi aquele clima na FJP, mas conseguiu-se reverter. O prédio não foi entregue, e a FJP ganhou na Justiça o direito de ter de novo o curso (BORGES, 2018).

E nesse contexto de crise institucional, em julho de 1989, é assinado um contrato com uma empresa de consultoria privada que trazia como objeto:

A prestação de serviços especializados de consultoria gerencial, assessoria superior, planejamento e implementação de um núcleo de cursos de treinamento e

especialização em administração de empresas, ciências econômicas e áreas afins, bem como de seminários técnicos (FJP,1989b).

Uma cláusula desse contrato determinava que a execução do objeto do contrato seria realizada “basicamente nas dependências da contratante [ou seja, da FJP] e, eventualmente, em outros locais necessários ou indicados à sua execução” (FJP, 1989b, p. 2). O Conselho de Gestão Técnica (CGT) da FJP recomendou que o contrato não fosse realizado. Entre suas ponderações, constava que ele significava uma intervenção no CDA da Fundação por uma equipe não pertencente à instituição, sem comprometimento algum com a linha de trabalho e a imagem da FJP. O CGT explica que o objeto da proposta de contrato coincidia “com os objetivos gerais da Fundação João Pinheiro e, mais especificamente, com os do CDA.” (FJP,1989a).

Apesar dessa manifestação contrária, o contrato foi firmado e encontrou ferrenha resistência interna, com repercussão na imprensa local, o que levou à sua rescisão por solicitação da própria empresa de consultoria. A continuidade desse contrato poderia significar o fim do CDA. Coube à AEFJP promover a mobilização interna e a denúncia, revelando tal fato à imprensa local.

A divulgação desses acontecimentos na imprensa local contribuiu para a interrupção dos processos e a exoneração do presidente da Fundação João Pinheiro. Foi um período longo, marcado por várias demissões que chegaram a desarticular setores inteiros da FJP. Alguns servidores descrevem um sentimento de perseguição. Dias (2018) relata a existência de uma lista com nomes de quem seria chamado pela presidência para ser desligado.

Tinha o trabalho de espionagem, essa coisa de dedurar a gente. Começaram a fazer as listas de demissões. E as demissões foram uma burrice astronômica [...] A coisa foi em cima das pessoas estratégicas na FJP. Exatamente o grupo que carregava o piano. A Joana D’Arc lá na biblioteca. Quem é Joana D’Arc? Ela é carregadora de piano. Uma pessoa, uma referência para todo mundo, pessoa extremamente qualificada, dedicada. Luciano Amorim. O Luciano tinha conhecimento enorme, super dedicado. Também

carregador de piano. Então foram em cima das pessoas sobrecarregadas. Tinham que quebrar as colunas. Por que a Joana foi demitida? Porque era da associação, da diretoria da associação. Então isso era de uma mediocridade absoluta (DIAS, 2018).



*Artigo de jornal
Belo Horizonte - 1989*

Fonte: Estado de Minas, 20 de maio de 1989

Ainda sobre demissões, Luciano Amorim Borges se expressa assim:

Muita gente foi mandada embora. Lembro que eu estava trabalhando numa sala hoje ocupada pela diretora do CDA. Eu pensei: “Vou ficar batendo máquina ali, fazendo meu trabalho”. Mas de repente ouvi gritaria, meu Jesus Cristo! Passei na biblioteca [...] A Joana tinha acabado de ser demitida! O pessoal estava em pânico, chorando... Pensei: agora mesmo sou eu. Subi para a minha sala, estava uma colega nossa hoje da Receita Federal, Elisa, tremendo. E aconteceu! Fui embora [...] cheguei na Praça Sete... Eu sei que encostei num poste, fiquei ali... Depois entrei no cinema, não sabia por que eu estava ali, cheguei em casa... Quando eu cheguei em casa, meu pai e minha mãe me disseram: Georgina telefonou, Jaime Blay te telefonou, estão te procurando [...] Pensei: Eu sei por quê. Como é que você conta uma coisa dessas? Como é que você conta que trabalhou tantos anos e [...] Falei: “Olha, fui demitido”. Meu pai passou mal, ficou 15 dias de cama [...] Passei um ano demitido (BORGES, 2018).

Para João Luiz da Silva Dias, um dos dirigentes da AEFJP, as paralisações tinham um caráter de conscientização, de convocação de todos os servidores para tomada de posição frente à forte crise que se apresentava:

Eu entrei na expectativa de fazer uma gestão administrativa. Mas de cara, deparamos com essa questão salarial. E o que o Newton passou a fazer não era verdadeiro. Ele era obrigado a pagar gatilho sim, porque o gatilho era uma imposição legal, uma lei que se impunha a todos os celetistas, e nós éramos celetistas. Então começamos tentando fazer uma negociação. [...] E fizemos a nossa greve. Tinha sessão cultural. Tinha atividade o tempo todinho. Não era greve em que o pessoal some. Não era para cada um ficar em casa, era greve lá, com ocupação. Na primeira greve, a do meio do ano, foi um movimento muito bonito, um astral excelente. Nós fizemos dentro da FJP. Nós ocupamos a FJP e levávamos pessoas lá no auditório, artistas. Fizemos as atividades todas e, no dia do julgamento do dissídio, foi todo mundo lá para o tribunal, lá na Getúlio Vargas. [...] E ganhamos, ganhamos tudo (DIAS, 2018).

Apesar da aparente vitória, as coisas não se encaminharam como deviam. O segundo movimento de paralisação se fez necessário:

Foi todo mundo lá para o tribunal e com faixas, todo mundo de branco e amarelo. Muito bonito. E era muito organizada a nossa greve [...] Ganhamos e claro, veio aquele negócio, ganhou, mas não levou [...] Aí nós tivemos que entrar com outra ação de cobrança. Chega no final do ano, a mesma coisa, então vamos para a segunda greve, só que a segunda greve já foi repressão, de fechar a FJP, de não deixar os servidores entrarem (DIAS, 2018).

O objetivo era desarticular não apenas a AEFJP, mas a própria FJP, que já vinha perdendo nomes importantes de seu quadro de pesquisadores por questões salariais e pelo fato de a crise, na segunda metade dos anos 1980, ter agravado muito a situação.

Julgamento da legalidade da greve dos servidores da Fundação João Pinheiro Tribunal Regional do Trabalho – 1987

Fonte: RI-FJP/MG



Ainda em 1989, entra para a Presidência da FJP Antônio Abrahão Caram Filho⁹⁶. Juntamente com a AEFJP, ele negocia a readmissão de parte dos servidores demitidos e fica o tempo necessário para reestruturar a Fundação. É substituído pelo presidente Roberto Gonçalves Pereira, que intermedia a negociação de um novo plano de carreiras para os servidores da FJP.

Foi um período muito difícil. O Caram entrou fazendo essa reestruturação e organização financeira. Então foi esse período que o Caram teve [...] ele assumiu com vontade e disposição de fazer. E era um negócio que se impunha fazer desde logo, desde pronto, porque a própria Justiça já tinha determinado. E a FJP se recusando a fazer, demorando a fazer. A demissão era arbitrária, tinha sido uma represália. E tinha atingido sobretudo a própria João Pinheiro. Então se impunha fazer, e ele retomou esse processo. Para surpresa nossa, ele sai e entra o Roberto⁹⁷. A gente tinha a expectativa de que ele ficasse pelo menos até o final do governo (DIAS, 2018).

No fim desse período, aconteceu o retorno do Csap para a Fundação, a readmissão de parte dos servidores e a realização do primeiro concurso público com novos servidores pesquisadores. Ressalta-se que parte dos servidores só consegue seu reingresso na FJP por via judicial. Há uma recomposição da Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro.

⁹⁶ Antônio Abrahão Caram Filho, presidente da FJP (4 de agosto de 1989 a 24 de abril de 1990).

⁹⁷ Roberto Gonçalves Pereira, presidente da FJP (25 de abril de 1990 a 5 de junho de 1991).

Outros eventos marcantes ocorridos no final da década de 1980 foram a promulgação da Constituição Federal em 1988 (BRASIL, 1988) e da estadual em 1989 (MINAS GERAIS, 1989), que trouxeram importantes transformações tanto para a instituição quanto para seus servidores.

Do lado institucional, a Constituição Estadual estabeleceu que “ao Estado somente é permitido instituir ou manter fundação com a natureza de pessoa jurídica de direito público” (art. 14, §5º), que “ficam mantidos os atuais órgãos e entidades da Administração Pública até a reestruturação administrativa global do Estado, a se efetivar nos termos de sua Constituição” (art. 10 – Disposições Constitucionais Transitórias) e que “as entidades da administração indireta se adaptarão às disposições da Constituição no prazo de trezentos e sessenta dias contados da sua promulgação” (art. 10, Parágrafo único – Disposições Constitucionais Transitórias). Ou seja, com isso, a FJP deixaria de ser um órgão de natureza de direito privado e passaria a ser de direito público.

Por conseguinte, em relação aos servidores, a Constituição Federal estabeleceu que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreiras para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas” (art. 39, caput – redação original, posteriormente alterada pela EC nº 19/1998); enquanto, no mesmo sentido, a Constituição Estadual fixou que “a atividade administrativa permanente é exercida em qualquer dos poderes do Estado, nas autarquias e nas fundações públicas, por servidor público, ocupante de cargo público em caráter efetivo ou em comissão, ou de função pública” (art. 20, caput combinado com inciso I – redação original). Desse modo, até então ocupantes de emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os empregados da FJP passaram a ter seu emprego regido pelo regime jurídico único, de que trata a legislação estatutária dos servidores públicos civis do estado de Minas Gerais.

No contexto desse movimento de luta, nos anos 1980, nasce o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais (Sintappi), criado a partir da AEFJP (Sintappi, c2019). O primeiro presidente é João Luiz da Silva Dias,

o mesmo da AEFJP. O objetivo era representar os trabalhadores (públicos e privados) de empresas de assessoramento, pesquisas, perícias e informações de Minas Gerais. Com a criação do Sintappi e com a redução do quadro social da AEFJP, em decorrência da diminuição do quadro de empregados da FJP, uma nova realidade administrativa e política despontava. Era preciso estabelecer outra dinâmica para a associação.

A ascensão das mobilizações populares, a consciência e a participação política dão à AEFJP uma visão mais democrática. Ela passa a integrar fóruns e associações intersindicais de servidores nas lutas pelo Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia e pelos planos gerais dos servidores públicos.

Na década de 1990, nas assembleias, os debates continuaram a girar em torno das recomposições salariais e agravavam-se as distorções ocorridas em torno dos salários, sobretudo a partir de 1987, além da proposta de enquadramento dos funcionários da FJP no quadro da carreira do pessoal de Ciência e Tecnologia (AEFJP, 1990). Também se constata a diminuição da receita da AEFJP com a proibição constitucional da transferência de recursos públicos para entidades privadas, como as associações.

Em 1993, conforme ata da assembleia de março desse ano, ocorre uma grande mobilização dos servidores. Além do tema relacionado à votação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), na qual se retirariam dois terços da receita da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), os associados votavam pela paralisação no dia 10 de março – acompanhando os servidores estaduais, em particular, os da saúde, educação e fazenda. Tratam-se de reivindicações relativas à ausência de uma política de recomposição real dos salários (AEFJP, 1993a). No mesmo ano, discutiam-se, ainda, os problemas relacionados ao valor da contribuição sindical, ao plano de saúde (contratado da Unimed) e a outras alterações no estatuto (AEFJP, 1993b).

4 A mudança do perfil da associação, de seus associados e a luta pelos planos de carreiras: 2000 – 2018

A partir dos anos 2000, a AEFJP passa a exercer um novo papel na instituição. Parte se deve à redução no número de seus associados, parte, à preponderância de aposentados ou de servidores que apresentam condição para tal. Obviamente, esse perfil diferenciado, se comparado com o de anos anteriores, muda as formas e as prioridades de ações. O início dos anos 2000 tem como foco as negociações com plano de saúde (melhores taxas de reajustes com a Unimed), assessoria jurídica aos associados e investimentos na área recreativa. Não obstante, a luta por melhores condições de trabalho (salarial, plano de carreiras e outros) continua a fazer parte da pauta de reivindicações.

Em 2002, a AEFJP informa aos servidores que todas as emendas apresentadas ao projeto de lei que tratava do Plano de Carreiras da Ciência e Tecnologia foram derrubadas (AEFJP, 2002). Quatro meses depois, apresenta uma série de propostas para o fortalecimento das carreiras das autarquias e das fundações de Minas Gerais. Em 22 de outubro de 2002, essas propostas são encaminhadas ao governo de transição do governador Aécio Neves da Cunha. A AEFJP se reúne com Antonio Augusto Junho Anastasia, coordenador da equipe de transição, que se empenha a levar ao governador a proposta do Plano de Carreiras da Ciência e Tecnologia. Nessa mesma reunião, Anastasia também se compromete a atender as reivindicações em relação à regularização dos pagamentos dos salários dos servidores que estavam em atraso.

Em meados da década de 2000, a AEFJP passa por um período de dificuldade financeira, resultado de um processo trabalhista movido contra ela. Perde seu único patrimônio, duas salas no edifício Palácio das Indústrias, na rua Goitacazes 71, além de arcar com uma indenização em dinheiro. A AEFJP ainda ficou com uma dívida de encargos previdenciários para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Imposto de Renda (IR), negociada em parcelas. Suas contas bancárias foram bloqueadas, impedindo-a de realizar pagamentos de dívidas já assumidas (AEFJP, 2005b).

A diretoria em exercício recorre a empréstimos na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda (Sicoob Nossacoop) e em outras fontes. Eles foram liquidados quando a FJP pagou a indenização referente às benfeitorias realizadas na área recreativa, no Horto, conforme o contrato de comodato assinado em 15 de maio de 1984.

Outros assuntos importantes faziam parte das pautas de lutas e debates: vale-transporte dos servidores, concurso público, data-base e efetivação dos servidores em função pública. Em julho, os dirigentes da associação já pontuavam a falta de expectativa de que o presidente da FJP atendesse às reivindicações apresentadas em documento e que isso significaria o início de um processo de atuação sistemática por parte dos dirigentes da AEFJP, quanto às reivindicações. Propôs-se, então, a elaboração de um documento sobre perda salarial dos servidores da FJP. Junto com ele seria encaminhado um ofício informando o impacto que o reajuste salarial provocaria na folha de pagamento. O objetivo era se mobilizar em torno da tabela da área de ciência e tecnologia, e não apenas da FJP.

Tabelas salariais e progressão horizontal, pontos que foram pauta de campanha, cujo encaminhamento e repasse dos últimos acontecimentos merecem ser levados à plenária. [...] Diante da relevância e do impacto de tais questões na vida dos servidores, julga-se oportuna maior proximidade deste conselho com a atual Diretoria na discussão e promoção dessas ações. [...] Decidiu-se encaminhar um ofício ao presidente da AEFJP manifestando a preocupação deste conselho com o encaminhamento de tais questões, o conselho tendo se colocado à disposição para qualquer apoio necessário neste sentido (AEFJP, 2005b)⁹⁸.

Nessa mesma reunião, decidiram por encaminhar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag MG) as reivindicações listadas: revisão do percentual aplicado ao reajuste salarial e apresentação de uma tabela salarial que contemplasse os servidores em fim de carreira e servidores inativos. Outro tópico discutido foi a possibilidade de se realizar um

⁹⁸ Ofício do Conselho Deliberativo da Associação de Empregados de Fundação João Pinheiro manifestando à Presidência da Associação o seu posicionamento em relação a assuntos de interesse dos associados.

seminário com todos os servidores da instituição, no qual se pudesse refletir e debater sobre os novos rumos da FJP, reconhecendo e assinalando suas perspectivas e oportunidades reais. A perenidade dessa associação e a manutenção de seus associados estiveram intrinsecamente relacionadas à continuidade e ao fortalecimento da FJP, sempre salientados nas atas de assembleia geral, de conselhos e de diretorias e na própria defesa que a AEFJP fez e faz em benefício da instituição.

Somente em 2006, o escritório da AEFJP muda-se definitivamente para o prédio da FJP, na Alameda das Acácias 70, no bairro São Luiz. A FJP cedeu uma sala no primeiro andar de seu prédio, e é nesse local que a sede da AEFJP funciona atualmente. Nesse mesmo ano, é iniciada a avaliação das possibilidades de se manter em funcionamento a área recreativa para 2007. A sede campestre já vinha gerando *deficits* e com grande impacto na sustentabilidade financeira da AEFJP que não se encontrava em condição de investir em melhoria e manutenção. Além disso, a área era pouco frequentada (AEFJP,2006b).

Também em 2006 foi concluída a implantação das carreiras de Ciência e Tecnologia e a AEFJP acompanha de perto as regras de transposição. Nessa nova carreira, havia a possibilidade de os antigos servidores trocarem o quinquênio por uma gratificação de avaliação a ser paga de acordo com a avaliação de desempenho. Na reunião de 21 de dezembro, foi comunicado que os servidores teriam um prazo maior para decidirem sobre permanecer ou não na carreira antiga e que teriam orientação de advogados, colocados à disposição pela AEFJP e pelo Sintappi-MG.

A defesa dos direitos adquiridos nas carreiras urge, pois esses direitos já estão garantidos pela legislação vigente e não devem depender de negociação ou da variação da receita. A ideia é garantir uma política salarial e não política remuneratória, mas tal fato parece difícil somente com alteração da redação do projeto. Pode-se tentar encaminhar um substitutivo cujo teor contemple os interesses dos servidores. Todavia, caso não haja a possibilidade, uma outra proposta seria solicitar uma audiência pública, acionar lideranças políticas e fazer campanha de conscientização criando um fato político que force o governo a negociar uma política salarial mais justa para com os funcionários públicos (AEFJP,2006a).

E ainda:

Quanto aos possíveis casos de perdas salariais com a implantação das novas carreiras, o presidente informou que a AEFJP já contactou o advogado do Sintappi, Samuel Maciel, para acompanhar caso a caso e emitir parecer sobre a situação geral das possíveis perdas na mudança para as novas carreiras [...] Temos que ter o cuidado com os termos utilizados: para o servidor o que interessa é ter uma política salarial e não remuneratória, isto é, definição de uma data base para garantir recomposição salarial anual conforme o índice da inflação no período. [...] A distinção entre política salarial e política remuneratória é que nessa última o governo inclui na memória de cálculo para abatimento da promoção, progressão e quaisquer adicionais por tempo de serviço adquiridos no período. A Coordenação Intersindical está discutindo esse tema para levar uma proposta para o governo (AEFJP,2006c).

Nas pautas da assembleia de 2008, o debate voltou a ser a situação financeira da AEFJP e os salários dos servidores da FJP. E é nessas circunstâncias que acontece a devolução da área recreativa à FJP por distrato. A devolução foi motivada por crise financeira da AEFJP, uso indevido da área, alocação inadequada do espaço para pessoas e entidades não ligadas à FJP ou à associação. Tais fatores traziam prejuízos éticos, morais e financeiros à AEFJP.

Aos 30 dias do mês de julho de 2008, às 17 horas, na sede da Fundação João Pinheiro, reuniram-se o presidente da FJP, Ricardo Luiz Santiago, a presidente da Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (AEFJP), Iara Leal Santana, e a procuradora-chefe da FJP, Emanuela Costa Almeida, a fim de estabelecer os procedimentos a serem adotados para o distrato do contrato de comodato celebrado entre FJP e AEFJP, cujo objeto é a área de 18.150,00 m² (dezoito mil, cento e cinquenta metros quadrados), integrante do imóvel de propriedade da FJP localizado na av. José Cândido da Silveira n° 2.000, bairro Horto, nesta capital, cuja entrega/devolução para a Fundação João Pinheiro está prevista para 14 de agosto de 2008 (AEFJP,2008).

Assim, em 28 de agosto de 2008, foi dado início ao processo de devolução de toda a área para FJP. Também foram elaborados cálculos de indenização à AEFJP pelas obras de melhorias feitas na

área. As estimativas de indenização basearam-se nos relatórios de prestações de contas da AEFJP. Por meio da Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio, a Seplag elaborou os cálculos para indenizar a AEFJP conforme cláusulas constantes no referido contrato de comodato.

Em 2009 e 2010, outras lutas se acrescentam. Em março de 2009, juntamente com a coordenação intersindical, pleiteia-se o reposicionamento na carreira por tempo de serviço, incluindo a participação em duas manifestações de rua, com ampla divulgação aos servidores da FJP e a convocação de duas assembleias. Na fase de implantação do decreto de reposicionamento das carreiras (2010), a AEFJP desempenhou um papel importante de apoio e esclarecimentos aos servidores da FJP. Foi instituído um sistema de plantão para elucidação das dúvidas dos servidores ativos e inativos da FJP.

Em 2011, a AEFJP inicia o debate com os servidores da Fundação sobre a alteração do plano de carreiras juntamente com o grupo técnico intersetorial da instituição, comissão instituída pela Vice-Presidência da FJP. Ainda nesse período, o governo acena com a possibilidade de gratificações para pesquisadores e professores, alegando que apenas essa categoria estava com os salários defasados em relação a outras carreiras do Estado. Os pesquisadores e servidores ameaçam entrar em greve, preocupados com o destino da FJP. Novamente a AEFJP assume o compromisso de acompanhar e apoiar seus associados e demais servidores da FJP.

Em 2013, é implantada a Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (Giped) e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino (GFPE)⁹⁹. Com as novas gratificações, intensifica-se o debate referente ao plano de carreiras. Ressalta-se que a AEFJP não se desvia do cuidado assistencial dos associados, promovendo campanhas de vacinação em parceria com FJP, eventos recreativos e conagraçamentos, firmando convênios em benefício dos associados e se empenhando em negociações com a Unimed, entre outras ações.

⁹⁹ Decreto nº 46.180, de 13/3/2013 (EG – concessão Giped) - Regulamenta a concessão da Gratificação de Incentivo à Pesquisa e Docência (Giped) e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino (GFPE), instituídas pela Lei nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012, na Fundação João Pinheiro, e dá outras providências.

Nos últimos anos, a AEFJP vem se dedicando arduamente à elaboração de um novo plano de carreiras próprio para os servidores da FJP, à sua aprovação e efetivação. Em 2018, esse plano de carreiras foi aprovado (MINAS GERAIS, 2018), e os passos seguintes são regulamentá-lo e atualizar, incluir e aprovar a nova tabela salarial. A proposta foi aprovada pela Seplag e encontra-se na Casa Civil. A AEFJP também busca a paridade de vencimentos entre servidores ativos e aposentados, um novo reordenamento dos planos de carreiras e a recomposição salarial dos servidores.

Além disso, nos últimos quatro anos, foram realizadas ações em favor de toda a FJP, como as obras nos jardins internos, com a criação de áreas de convivência para associados e demais servidores da FJP, humanizando as relações e o ambiente de trabalho. Em contrapartida à cessão da sala utilizada pela AEFJP na sede da Fundação, a associação tem contribuído com a manutenção desse espaço de convivência. Do mesmo modo, apoiou a pesquisa e elaboração dessa obra.

Em meados de 2018, a AEFJP entregou aos candidatos ao governo de Minas Gerais um documento com as propostas, expectativas e a descrição das atribuições e da importância da FJP no contexto do Estado.

É interessante perceber que a AEFJP sempre defendeu os direitos e os interesses, proporcionou benefícios, lazer, cultura a todos os servidores da FJP e não se restringiu apenas aos seus associados, o que faz dela, uma associação maior do que se pensa ou se espera. E embora possa parecer estarem em posições antagônicas, de um lado uma fundação pública, de outro uma instituição que representa seus servidores com questões próprias, de fato seus horizontes e caminhos se encontram na defesa dos interesses públicos e do bem-estar da sociedade mineira.

Buscou-se aqui um registro da história de uma associação que entrelaça sua memória com a de uma fundação que, em 2019, comemorou seus 50 anos de existência. Obviamente, fatos, pessoas e narrativas ficaram de fora para que, posteriormente, se possa continuar contando outras memórias e outras histórias. É assim que a vida, cheia de recordações, pode ser celebrada.

Referências

ALMADA, João Alves. Belo Horizonte, 10 de abril de 2017. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida, Joana D'Arc Inácio Ferreira e Giovanni José Caixeta.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral, 11 de abril de 1973**. Belo Horizonte: AEFJP, 1973.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 11 de julho de 1984**. Belo Horizonte: AEFJP, 1984a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária da AEFJP, 25 de outubro de 1984**. Belo Horizonte: AEFJP, 1984b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Extraordinária da AEFJP, 31 de março de 2008**. Belo Horizonte, AEFJ, 2008a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 1 de dezembro de 1975**. Belo Horizonte: AEFJP, 1 dez. 1975.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 12 de março de 1982**. Belo Horizonte: AEFJP, 1982.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia de Constituição, 11 de abril de 1973**. Belo Horizonte: AEFJP, 1973.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da reunião contrato de comodato celebrado entre FJP e AEFJP, 4 de agosto de 2008**. Belo Horizonte: AEFJ, 2008b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da reunião de diretores da AEFJP, 30 de julho de 2008**. Belo Horizonte: AEFJP, 2008c.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de 09 de março de 1993**. Belo Horizonte: AEFJP, 1993a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de 18 de dezembro de 1990**. Belo Horizonte: AEFJP, 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de 19 de setembro de 2003.** Belo Horizonte: AEFJP, 2003b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de 29 de setembro de 1993.** Belo Horizonte: AEFJP, 1993b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião de diretores da AEFJP, 10 de junho de 2005.** Belo Horizonte: AEFJP, 2005a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião de diretores da AEFJP, 30 de novembro de 2005.** Belo Horizonte: AEFJP, 2005c.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião do Conselho Deliberativo da AEFJP, 10 de agosto de 2005.** Belo Horizonte: AEFJP, 2005b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião de diretores da AEFJP, 15 de dezembro de 2006.** Belo Horizonte: AEFJP, 2006b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião do Conselho Deliberativo da AEFJP, 31 de outubro de 2006.** Belo Horizonte: AEFJP, 2006a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião do Conselho da AEFJ, 21 de dezembro de 2006.** Belo Horizonte: AEFJP, 2006c.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião, 25 de abril de 2007.** Belo Horizonte: AEFJP, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião do Conselho da AEFJ, 10 de agosto de 2005.** Belo Horizonte: AEFJP, 10 ago. 2005b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Carta aberta.** Belo Horizonte: AEFJP, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estatuto da AEFJP.** Belo Horizonte: AEFJP, 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo n. 7.** Belo Horizonte: AEFJP, 3 mar. 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo da Greve, n. 2.** Belo Horizonte: AEFJP, 4 jan. 1988.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo.** Belo Horizonte: AEFJP, 12 jun. 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informe ao associado.** Belo Horizonte: AEFJP, 13 jun. 2003a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades de 1977.** Belo Horizonte: AEFJP, [1977].

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades da AEFJP:** 1982. Belo Horizonte: AEFJP, [1982].

BORGES, Luciano Amorim. Belo Horizonte, 20 de maio de 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida e Giovanni José Caixeta

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

BUENO, Eduardo. Os anos de chumbo. *In: Brasil: uma História: cinco séculos de um país em construção.* Rio de Janeiro: Leya, 2012. p. 402-417.

CORREIA, Michelle Godinho. **Anos de Chumbo.** Disponível em: www.infoescola.com/historia/anos-de-chumbo/. Acesso em: 22 maio 2019.

DIAS, João Luiz da Silva. Belo Horizonte, 20 de junho de 2018. Entrevista concedida a FJP. Aparecida Maciel da Silva Shikida e Luzia Oliva Barros

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Conselho Técnico de Gestão. Ata de reunião extraordinária de 03, Jul., 1989. Belo Horizonte: FJP, 1989a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Contrato de prestação de serviços FJP/PJ/1989.** Dispõe de celebração

de contrato entre Fundação João Pinheiro e Consultare – Consultoria Superior S/C Ltda., objetivando a prestação de serviços de consultoria especializada em cursos de treinamento e especialização e seminários técnicos. Belo Horizonte: FJP, 10 de julho de 1989b.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 526 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989. Belo Horizonte: ALMG, 1989. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Con&num=1989&ano=1989>. Acesso em: ago. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23178, de 21 de dezembro de 2018**. Institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2018.

NUNES, Edson. Movimentos populares na transição inclusiva. **Lua Nova**, n.13, São Paulo, set. 1987. p. 87-94.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. *In: Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 437-466.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PESQUISAS, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E CONGÊNERES DE MINAS GERAIS. **História e princípios**. Belo Horizonte: Sintappi-MG, c2019. Disponível em: <http://sintappimg.org.br/index.php/2014-12-03-16-52-41/historia-e-principios>. Acesso em: 19 mar. 2019.

TUPINAMBÁ, Carolina; FERREIRA, Mariana. As principais questões relacionadas às associações de empregados: uma análise atual e crítica. **REDP**, Rio de Janeiro, v.15, p. 42-73, jan./jun. 2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, abril de jun. 2008.